

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.501 – BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 21 DE MAIO DE 2002



Rosaneit Fimbeiro

Cultura local pode ganhar espaço na televisão

Comissão de Educação examina hoje projeto que garante tempo no horário nobre

A proposta de Antero Paes de Barros visa “garantir um mínimo de defesa contra a completa pasteurização dos gostos e dos costumes populares”. Projeto substitutivo apresentado por Casildo Maldaner destina 30% da programação das emissoras de televisão entre 18h e 22h à veiculação da cultura local e regional. O mesmo percentual valerá para as emissoras de rádio, das 6h às 18h. Antero argumenta que as emissoras regionais transformaram-se em “meras repetidoras” das grandes redes.

PÁGINA 3

Programação das emissoras de TV poderá ter que incluir a cultura regional

Biblioteca do Senado chega aos 176 anos

Um encontro cultural marca amanhã a comemoração dos 176 anos da Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho. A partir das 18h30, haverá apresentação do Coral do Senado, declamação do poema *O Livro*, do senador Artur da Távola, lançamento de obras e apresentação do novo *site* da biblioteca virtual.

PÁGINA 3

A Biblioteca do Senado, a segunda mais antiga do país, conta com acervo de 150 mil volumes, incluindo 3,6 mil títulos de periódicos



Márcia Kolumbe

Ciro Gomes participa do ciclo de debates sobre moradia

A Subcomissão de Moradia e Desenvolvimento Urbano, criada pela Comissão de Assuntos Sociais, recebe hoje o presidenciável **Ciro Gomes**, que vai expor suas propostas para enfrentar o problema da habitação. A audiência integra o ciclo de debates “Moradia – Um Sonho Possível”.

PÁGINA 6

Liberdade para coligações deve ser votada esta semana

O Senado realiza hoje o penúltimo dia de discussão, em segundo turno, de cinco propostas de emenda à Constituição, que amanhã estarão em condições de ser votadas. Entre elas, a que garante aos partidos autonomia para coligações.

PÁGINA 2

Jucá cobra ação em defesa do meio ambiente

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) destacou a importância de se convocarem os diversos setores da sociedade para a proteção dos recursos naturais. Segundo o parlamentar, é preciso definir a tarefa de conscientização da população como indispensável para se obter o desenvolvimento social, sem menosprezar as iniciativas de combate à degradação ambiental.

Ele lembrou que o Ministério do Meio Ambiente ampliou as áreas preservadas e investiu na formação de educadores com o objetivo de consolidar uma nova consciência ambiental. Além de aumentar a área preservada, explicou, foram evitadas alterações do novo Código Florestal que reduziriam o patrimônio natural e prejudicariam a biodiversidade abrigada nas matas do país.

Na avaliação de Jucá, a tarefa de preservação contínua do meio ambiente compreende esforços para diminuir a erosão das terras, consolidar as dunas, implantar faixas de proteção ao longo das rodovias e ferrovias, auxiliar a defesa do território nacional, proteger os sítios de valor histórico e científico, cuidar da fauna e da flora e manter o ambiente necessário à vida dos povos indígenas, entre outros.

— A prática conservacionista desse inavaliável patrimônio, se depende de ações do governo, exige também a participação de cada indivíduo, a fim de que seja construído, implantado e usufruído um modelo que, sem ser excluyente de desenvolvimento, mas com suas condenáveis pressões sobre os recursos ambientais, responda às exigências da sociedade e estabeleça a sua relação harmônica com o meio ambiente — disse.

Senado deve votar amanhã PEC que libera as coligações

Ingresso de capital estrangeiro na mídia, criação de tribunais federais e desenvolvimento funcional de servidores também estão na pauta

Transcorre hoje o penúltimo dia de discussão, em segundo turno, de cinco propostas de emendas constitucionais que deverão estar prontas para votação na sessão deliberativa de amanhã, caso não recebam emendas. Entre as propostas, está a que trata da organização e do funcionamento dos partidos políticos, permitindo a liberdade de escolha para as coligações.

A proposta foi apresentada pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM) após a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que obriga a verticalização das coligações, ou seja, a reprodução, nos estados, das alianças feitas para a eleição presidencial. A PEC recebeu substitutivo do relator, senador José Fogaça (PPS-RS).

Outra PEC em pauta, originária da Câmara dos Deputados, permite o ingresso de capital estran-



Matéria que está sendo discutida em segundo turno recebeu substitutivo de José Fogaça

geiro em empresas de comunicação social do país. A proposta recebeu duas emendas em Plenário, já aprovadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O relator, senador Romeu Tuma (PFL-SP), oferece agora o texto da proposta para votação em segundo turno.

Os senadores também vão debater proposta que cria quatro Tribunais Regionais Federais; ou-

tra, que define o número de deputados nas assembleias legislativas; uma terceira, que estabelece a possibilidade de desenvolvimento funcional de servidor público ocupante de cargo efetivo, e uma quarta, esta em primeiro turno de discussão, que incorpora os policiais militares do extinto território de Rondônia aos quadros funcionais da União.

Além dessas matérias, o Plenário deve examinar projeto de decreto legislativo que aprova o texto do tratado sobre transferência de pessoas condenadas e de menores sob tratamento especial, celebrado com o Paraguai. A matéria já foi analisada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), com parecer favorável do senador Romeu Tuma. Também serão apreciados mais dois decretos legislativos sobre funcionamento de rádios na Bahia e no Ceará.

Projeto de Alcântara adapta ICMS ao texto constitucional

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) apresentou projeto de lei complementar adaptando as normas referentes à cobrança do ICMS ao que atualmente a Constituição federal dispõe sobre o assunto. A Comissão de Assuntos Econômicos vai deliberar sobre a matéria.

Lúcio Alcântara lembra, na justificativa do projeto, que desde dezembro do ano passado está em vigor emenda constitucional que modifica aspectos relevantes do ICMS no que diz respeito à incidência e base de cálculo relativas a mercadorias e bens importados. A emenda também abre a possibi-

lidade de que o imposto venha a incidir uma única vez sobre determinados combustíveis e lubrificantes, detalhando regras e norteando a cobrança e a titularidade da receita do imposto nesta hipótese.

Para dar efeito às alterações constitucionais, argumenta Alcântara, é necessário o estabelecimento de novas disposições referentes ao fato gerador, à base de cálculo e ao contribuinte do imposto. Também é necessário determinar, para efeito de sua cobrança e definição do estabelecimento responsável, o local das operações relativas à circulação



Célio Azevedo

Lúcio Alcântara lembra que emenda à Constituição alterou aspectos relevantes do tributo

de mercadorias e das prestações de serviço.

O senador observa que os estados somente podem atualizar suas legislações com base em lei complementar federal, o que torna urgente a aprovação do seu projeto.



AGENDA

TERÇA-FEIRA, 21 DE MAIO DE 2002

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: segunda sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 29/01, cria os Tribunais Regionais Federais da 6ª e 7ª Regiões; segunda sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 32/01, permite o desenvolvimento funcional de ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente, mediante processo seletivo; segunda sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 48/01, altera a representação nas assembleias legislativas; segunda sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 4/02, garante aos partidos liberdade para fazer coligações; segunda sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 5/02, permite ingresso de capital estrangeiro nos veículos de comunicação; entre outras proposições.

COMISSÕES

9h — Subcomissão da Moradia e Desenvolvimento Urbano

10h — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: exposição de Eleazar de Carvalho Filho, presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), acerca da operação realizada entre o BNDES e a empresa Globo Cabo, explicitando os estudos técnicos que a avalizaram.

14h30 — Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

14h30 — Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul

14h30 — Comissão Mista de Orçamento

Pauta: audiência pública com a presença de Guilherme Gomes Dias, ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, para esclarecimentos acerca do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2003.

17h30 — Comissão de Assuntos Sociais

17h30 — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

18h — Comissão Mista destinada a examinar a MP nº 2.151-3, ampliação da anistia

18h30 — Comissão Mista de Orçamento

PREVISÃO

PLENÁRIO

Quarta-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: votação, em primeiro turno, da PEC nº 1/01, fixação de limites para gastos com publicidade de obras governamentais; terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 29/01, cria Tribunais Regionais Federais da 6ª e 7ª Regiões; terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 32/01, permite o desenvolvimento funcional de ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente; terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 48/01, altera a representação nas assembleias legislativas; terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 4/02, garante aos partidos liberdade para fazer coligações; terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 5/02, permite capital estrangeiro nas empresas de comunicação.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Lara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Morais e Eny Junia Carvalho

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Senado discute protocolo sobre discriminação contra a mulher

Por iniciativa da senadora Emilia Fernandes (PT-RS), o Senado realiza hoje debate com o objetivo de esclarecer o conteúdo do Protocolo Facultativo da Cedaw – Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher – que integra o rol dos acordos promovidos pela ONU (Organização das Nações Unidas).

O Brasil ratificou a Cedaw em 1984 e assinou o Protocolo Facultativo em março do ano passado. Agora, a matéria precisa ser aprovada pelo Senado. Apesar de ter votação final prevista para o dia 5 de junho, a matéria foi adiada em abril, a pedido de seis senadores.

Na oportunidade, as senadoras Emilia Fernandes, Marina Silva (PT-AC) e Heloísa Helena (PT-AL) defenderam o Protocolo e contestaram argumentos de documento elaborado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)

Maria do Carmo defende ações para enfrentar a violência

Na posse de dados recebidos da Delegacia Especial de Atendimento à Mulher do Distrito Federal, a senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) admitiu ter ficado estarecida com a realidade da violência contra a mulher, “em patamares muito maiores do que sempre pudemos constatar”.

Os dados apontam que houve aumento de 45% no número de denúncias registradas naquela delegacia nos três primeiros meses deste ano, em relação a igual período no ano passado. Entre janeiro e março de 2002 as denúncias de maus-tratos dobraram, enquanto as relativas a ameaças contra mulheres tiveram incremento de 78% e as referentes a lesões corporais e estupros aumentaram 25%, comparativamente aos mesmos meses de 2001.

– Por um lado, podemos concluir que a violência simplesmente se ampliou com o passar dos anos; por outro, pode-se entender que o trabalho de conscientização que há muito nós, parlamentares, as instituições que se dedicam ao tema, as próprias delegacias especiais de atendimento à mulher, organizações não-governamentais e



Emilia lembra que protocolo não cria direito

que teria provocado o pedido de adiamento. O documento, na visão das senadoras, distorce o conteúdo do protocolo, pois alega que ele defende o aborto, a união civil entre pessoas do mesmo sexo e a prostituição feminina.

Segundo Emilia, os pontos levantados constituem equívoco, pois o protocolo, explicou, é um instrumento que fortalece a convenção e não cria nenhum novo direito, apenas ampliando o monitoramento internacional do comitê da Cedaw para permitir a denúncia e a investigação confidencial dos fatos pelo comitê.

Devem participar da discussão, entre outros, representantes da CNBB, do Ministério das Relações Exteriores, da Secretaria Nacional dos Direitos da Mulher, do Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher e da Procuradoria do estado de São Paulo.



Maria do Carmo: conscientização gera efeitos

a própria opinião pública vimos fazendo está surtindo efeito, e que as mulheres estão mais corajosas para exigir seus direitos e dar um basta na violência doméstica.

Maria do Carmo defendeu que o combate à violência contra as mulheres deve continuar em duas frentes: a primeira, “buscando formas de proteger as mulheres por meio de uma legislação que realmente puna os agressores”, principalmente em relação àqueles “que privam da intimidade da mulher e que se aproveitam disso para açoiá-las de sua condição humana, por meio da violência física, psicológica e sexual”.

A segunda frente, ressaltou, deve ser a de criar entidades “com força política para facilitar o implemento de ações para prevenir as ações desrespeitosas”, conscientizando a sociedade sobre a necessidade de igualdade de direitos para as mulheres.

– As batalhas devem ser travadas para que possamos condenar, não só com penas, mas com a desaprovação social, aqueles que ainda não aprenderam a nos respeitar.

Cultura local pode ter mais espaço no rádio e na TV

Comissão de Educação analisa hoje projeto que garante tempo mínimo em horário nobre para a programação regional

A diversidade cultural brasileira poderá, em breve, conquistar maior espaço nos meios de comunicação do país. A Comissão de Educação (CE) analisa hoje, a partir das 11h30, projeto de lei do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) que garante tempo mínimo para a programação local em horário nobre.

De acordo com substitutivo apresentado pelo relator da proposta, senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), 30% da programação das emissoras de televisão entre 18h e 22h serão dedicados à veiculação de cultura local e regional. O mesmo percentual valerá para a programação de emissoras de rádio das 6h às 18h. Todas as emissoras, segundo o texto, terão cinco anos para se adaptar às novas regras.

O projeto inicial de Antero Paes de Barros previa o percentual de 50% para a programação regional e apenas seis meses de adaptação. Em defesa da proposta, ele argumentou que as emissoras regionais haviam se transformado em “meras repetidoras” de grandes redes sediadas no Rio de Janeiro e em



Antero aponta “completa pasteurização dos gostos e dos costumes populares”



Casildo Maldaner concorda com a iniciativa de regionalizar produção

São Paulo. Na opinião do autor, é necessário “garantir um mínimo de defesa contra a completa pasteurização dos gostos e dos costumes populares”.

Apesar de estar de acordo com o objetivo de regionalizar a produção dos meios de comunicação, o relator do projeto optou por posição intermediária, prolongando o tempo de adaptação à futura lei para cinco anos e reduzindo o percentual dedicado à produção local de 50% para 30%.

Também estarão em pauta dois projetos de lei – um proveniente da Câmara e outro de autoria do senador Edison Lobão (PFL-MA) – que tramitam em conjunto e destinam-se a regulamentar a concessão de bolsas de estudos prevista

pela Constituição. O relator das propostas, Casildo Maldaner, optou pelo substitutivo adotado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

De acordo com o texto a ser analisado pelos integrantes da comissão, as bolsas de estudos destinam-se ao custeio dos “encargos educacionais legalmen-

te cobrados aos usuários pelas instituições de ensino comunitárias, confessionais e filantrópicas, mantidas pela iniciativa privada”. Os recursos públicos, prevê o substitutivo, só serão usados “enquanto houver falta de vagas” na rede de ensino público local.

Está ainda em pauta, com parecer pela rejeição, projeto de lei da Câmara que aumenta a alíquota do imposto retido na fonte incidente sobre a remessa ao exterior de rendimentos provenientes da exploração de obras audiovisuais. Serão analisados, na mesma reunião, projetos que alteram os nomes de pontes e viadutos em três estados, além de 37 propostas que tratam da permissão para funcionamento de emissoras de rádio e televisão.

Biblioteca do Senado comemora 176 anos

Os 176 anos de fundação da Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, do Senado Federal, serão comemorados com um encontro cultural, amanhã, a partir das 18h30, com apresentação do Coral do Senado, declamação do poema *O Livro*, do senador Artur da Távola (PSDB-RJ), lançamento dos livros *A Constituição que Não Foi* e *Nhô-Quim e Zé Caipora* e a entrega dos diplomas Leitor Destaque. Na oportunidade será feita a apresentação do novo site da biblioteca virtual.

Com um acervo de aproximadamente 150 mil volumes, incluindo 3,6 mil títulos de periódicos (revistas e jornais), a Biblioteca do Senado é a segunda mais antiga do país, mais nova apenas que a Biblioteca Nacional, localizada no Rio de Janeiro. A história da Biblioteca do Senado teve início em



Márcia Kolumbe

Fundada em 1826, a Biblioteca do Senado tem acervo de 150 mil volumes

1826, quando a Câmara dos Senadores do Império do Brasil decidiu criar a Livraria do Senado e nomeou comissão para apresentar catálogo dos livros que deveriam compô-la.

A Biblioteca do Senado ocupou, até 1924, o Paço do Senado Federal, no Rio de Janeiro, anexo à sede do Palácio Conde dos Arcos. Posteriormente mudou-se para o

Palácio Monroe, onde permaneceu até 1960. Em 1961, com a mudança da Capital Federal, foi transferida para o Palácio do Congresso Nacional, em Brasília.

Em 1972, as atividades da biblioteca passaram a ser automatizadas. Foi desenvolvido o Subsistema de Administração de Bibliotecas (Sabi), que conta atualmente com cinco bases de dados.



Fotos: Rosevelt Pinheiro

Saturnino é favorável ao perdão parcial para Moçambique, um dos países mais pobres da África

Parte da dívida de Moçambique pode ser perdoada

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deverá apreciar, em sua reunião de hoje, mensagem do Presidente da República solicitando autorização do Senado para reescalonar dívida de US\$ 150,8 milhões contraída pela República de Moçambique com o Brasil. Com a operação, US\$ 69,87 milhões deixariam de ser pagos por aquele país africano, que se compromete a pagar os restantes US\$ 80,93 milhões até o final de 2020.

O perdão parcial da dívida moçambicana faz parte de um acordo realizado no âmbito do Clube de Paris, do qual o Brasil faz parte, tendo sido referendado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird). O relator da matéria, senador Roberto Saturnino (PT-RJ), explica que a decisão do Clube de Paris foi adotada em 25 de maio de 1998, quando todos os credores decidiram elevar — de 67% para 80% sobre os vencimentos entre julho de 1997 e junho de 1999 — o desconto concedido em 1996 a Moçambique.

No parecer favorável à matéria, Saturnino diz que Moçambique é um dos países mais pobres da África, com renda *per capita* de cerca de US\$ 220 dólares e com uma dívida externa equivalente a 105,9% do seu Produto Interno Bruto (PIB).

A CAE deverá apreciar também proposta do senador Ademir Andrade (PSB-PA) que pretende redistribuir parte dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, de modo a beneficiar as regiões mais pobres do país. A matéria tem parecer favorável do relator, senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA).

Outro projeto a ser apreciado, de autoria do senador Osmar Dias (PDT-PR), prevê o parcelamento de débitos dos estados, Distrito Federal e municípios com o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep). A matéria recebeu parecer favorável do relator, senador Amir Lando (PMDB-RO).

Presidente do BNDES explica aporte de R\$ 284 milhões na Globo Cabo

Comissão de Assuntos Econômicos ouve hoje Eleazar de Carvalho Filho por iniciativa de Eduardo Suplicy. Para o senador, banco não apresentou estudo econômico-financeiro da operação

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Eleazar de Carvalho Filho, comparece hoje, a partir das 10h, à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), para explicar detalhes da reestruturação e capitalização da Globo Cabo S.A., no total de R\$ 1 bilhão, dos quais R\$ 284 milhões com a participação daquela instituição oficial.

Em 2001, a Globo Cabo teve um prejuízo de R\$ 699,9 milhões, o que aumentou sua dívida líquida para R\$ 1,52 bilhão, valor 7,1% superior ao de 2000. Os recursos da operação de reestruturação e de capitalização serão utilizados na liquidação de dívidas da empresa, no cumprimento de compromissos com for-

necedores este ano e na realização de investimentos.

De acordo com o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), autor do requerimento para a audiência com Eleazar de Carvalho, o BNDES não apresentou nenhum estudo econômico-financeiro para balizar a operação de aporte, que foi aprovada pela diretoria do banco em 13 de março.

A Globo Cabo, maior empresa de televisão a cabo do país, detém cerca de 45% do mercado e opera com a marca NET nas principais cidades. O programa de capitalização proposto para a empresa deverá estar concluído até o final de julho e exigirá uma contrapartida do acionista majoritário — as Organizações Globo, que detêm 42% do capital da

empresa — equivalente a um aporte de R\$ 542 milhões.

NOVO MERCADO

O programa de reestruturação e capitalização montado para a Globo Cabo a obriga a entrar no sistema do Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), pelo qual a empresa tem de adotar algumas regras de transparência e da chamada “governança corporativa”, de modo a privilegiar os acionistas de posse de ações ordinárias.

Entre as operações a serem liquidadas com o aporte está um débito de R\$ 57 milhões com o próprio BNDES, acionista do grupo, com 4,8% das ações. O grupo RBS (Rede Brasil Sul de Comunicações)/Zero Hora detém 12,2% do capital da Glo-

bo Cabo, e o Bradespar (do grupo Bradesco), 6%. Já a Microsoft possui 7,5% das ações. Os restantes 27,5% (já que as Organizações Globo detêm 42%) das ações do grupo estão colocados no mercado.

Além da Globo Cabo, o BNDES já concedeu ajuda financeira a vários outros grupos do setor de televisão, destacando-se a Horizon (financiamento de R\$ 210 milhões); TV SBT, para investimento em geração empresarial, programação e infra-estrutura (R\$ 16,8 milhões); TV Cidade, controlada pela TV Bandeirantes e SBT (R\$ 51,6 milhões); e Cabo Serviços de Telecomunicações, para instalação de serviço de TV a cabo em Natal, capital do Rio Grande do Norte (R\$ 9,64 milhões).

Mozarildo Cavalcanti critica perfil de investimentos da BNDESPar

Os investimentos feitos pela BNDESPar, subsidiária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), têm “lucratividade insuficiente, concentração excessiva em empresas estatais e participação demasiada em empresas fechadas, deixando de estimular o mercado de capitais, um dos objetivos declarados do banco”, conforme análise feita pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR).

A BNDESPar tem participação acionária em cerca de 200 empresas, contabilizando um total de ati-

vos no valor de R\$ 22 bilhões, observou o senador. No entanto, acrescentou, a maioria das ações que fazem parte da carteira de investimentos da BNDESPar teve em 2001 desempenho pior do que o Ibovespa (índice que mede a tendência geral da Bolsa de Valores de São Paulo). Além disso, continuou, um grande número de empresas que contam com a participação da BNDESPar não tem suas ações negociadas na bolsa. “Essas empresas não têm como ser acom-



Mozarildo diz que investimentos da BNDESPar têm lucratividade insuficiente

panhadas pelo mercado, para que se afira o seu real desempenho”, comentou.

As participações maciças que a BNDESPar tem na Petrobras e nas geradoras elétricas estatais federais, por sua vez, foram consideradas por Mozarildo como uma distorção, pois o setor de petroquímica foi privatizado há muitos anos e, portanto, não deveria ser mais objeto de investimentos do governo. “O comparecimento do presidente do BNDES perante a Comissão de Assuntos Econômicos seria uma oportunidade para se abordar o assunto, mas parece que a reunião se concentrará mais na polêmica participação na Globo Cabo”, lamentou.

Comissão discute LDO com ministro do Planejamento

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) recebe hoje, às 14h30, o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guilherme Gomes Dias, para debater a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) relativa a 2003. Nos parâmetros da proposta do governo, estão previstos 4% de crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB); taxa anual de inflação (medida pelo Índice Geral de Preços — Demanda Interna — IGP-DI) de 4%; taxa de juros nominal de 12,84% ao ano; e taxa de câmbio a R\$ 2,42

por dólar, ao final de 2003.

O resultado das contas do setor público em 2003, pelo que prevê a LDO, deverá ser superavitário (receitas menos despesas, exceto os gastos com os juros da dívida), em valor equivalente a 3,5% do PIB, destacando-se aí o superávit fiscal

do governo central, no valor de R\$ 39,8 bilhões, dos quais R\$ 32 bilhões vindos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, e R\$ 7,8 bilhões das empresas estatais. Esses recursos destinam-se ao pagamento dos juros da dívida pública. O PIB de 2003 está estimado em R\$ 1,422 trilhão.

A LDO para 2003 prevê uma dívida líquida do governo central de R\$ 492,97 bilhões, equivalentes a 33,9% do PIB. Em 2004 essa dívida deverá subir para R\$ 516,6 bilhões,

e em 2005, para R\$ 535,45 bilhões.

Segundo dados do Banco Central, a dívida líquida do setor público como um todo (incluindo estados e municípios) alcançou em fevereiro a marca de R\$ 680 bilhões, equivalentes a 54,5% do PIB, contra R\$ 685,3 bilhões (55% do PIB) registrados em janeiro. A nova LDO prevê trazer essa relação da dívida líquida do setor público/PIB a um nível inferior a 50% do PIB ao final de 2005.

O que prevê a LDO para 2003

Inflação anual	4%
Crescimento do PIB	4%
PIB (R\$)	1,422 trilhão
Taxa de juros nominal	12,84%
Câmbio (R\$)	2,42/dólar

Fonte: Ministério do Planejamento

Lei orienta elaboração do Orçamento

A LDO foi instituída pela Constituição de 1988, tendo como objetivo fundamental estabelecer as metas e prioridades da administração pública federal e orientar a elaboração da Lei Orçamentária Anual. Ela contém uma descrição do quadro macroeconômico previsto para o ano seguinte, as metas fiscais, assim como o balizamento das grandes variáveis do Orçamento, como as

receitas e as despesas totais. A lei dispõe também sobre a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

Com a elaboração da LDO, inicia-se o processo de planejamento orçamentário para o próximo ano. De acordo com a legislação, o projeto da LDO deve ser enviado pelo Executivo ao Congresso até o dia 15 de abril de cada ano.

Nabor registra canonização da primeira santa do Brasil

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) registrou ontem a cerimônia de canonização da primeira santa brasileira, a madre Paulina do Coração Agonizante de Jesus, celebrada domingo pelo papa João Paulo II, na Praça de São Pedro, no Vaticano. Nabor salientou a participação do presidente Fernando Henrique Cardoso e de sua esposa, além dos presidentes do Senado, Ramez Tebet, e da Câmara dos Deputados, Aécio Neves, e das duas brasileiras agraciadas com milagres da santa, Eluiza Rosa de Sousa e Iza Bruna, hoje com dez anos.

Madre Paulina nasceu na Itália e se mudou para o Brasil aos dez anos de idade. Ainda adolescente começou a participar da vida paroquial de Vigolo, distrito de Nova Trento, em Santa Catarina, onde dava aulas de catecismo para crianças. Aos 25 anos, relatou o senador, ela deixou a casa dos pais para morar num casebre e cuidar de uma mulher que sofria de câncer.

— Em 1903, madre Paulina mudou-se para São Paulo. Vítima de diabetes, morreu em 1942, aos 77 anos, praticamente cega e com o braço direito amputado. Atualmente, a Congregação das Irmãs, fundada por madre Pau-



Nabor Júnior ressaltou o trabalho realizado por madre Paulina no país

lina, atua em 14 estados do Brasil e em outros 11 países.

A Igreja Católica, continuou Nabor, reconheceu dois milagres da santa. Eluiza Rosa de Sousa e Iza Bruna, desenganadas pelos médicos, teriam sido curadas de suas enfermidades após pedidos e orações de familiares dirigidos à madre Paulina.

— A pequena Iza foi recebida pelo papa, que lhe concedeu a comunhão durante a missa de canonização de madre Paulina. Com seu entusiasmo infantil e certamente admirada com o esplendor daquele ato, Iza não se conteve e disse a um repórter que se encontrava ao seu lado: “Nunca tinha visto o papa pessoalmente, só na televisão. Fiquei muito contente de conhecer alguém tão importante”, relatou o senador.



Tebet e o presidente Fernando Henrique durante a cerimônia no Vaticano

SENADORES NA CERIMÔNIA

O presidente do Senado, Ramez Tebet, participou domingo da cerimônia de canonização de madre Paulina, a primeira santa brasileira. A celebração ocorreu na Praça de São Pedro, no Vaticano. Também estavam presentes os

senadores Amir Lando (PMDB-RO), Ari Stadler (PPB-SC), Casildo Maldaner (PMDB-SC), Geraldo Althoff (PFL-SC) e Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR).

Ontem, Tebet participou de audiência com o papa João Paulo II.

Xanana pode receber homenagem do Senado

Voto de congratulações ao presidente do Timor Leste será examinado hoje pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

O presidente do Timor Leste, Xanana Gusmão, poderá receber voto de congratulações do Senado brasileiro, caso seja aprovado hoje, pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), requerimento nesse sentido apresentado pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

A votação poderá ocorrer apenas dois dias após a cerimônia de posse de Xanana Gusmão em Díli, capital da antiga colônia portuguesa, que contou com a presença do secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Kofi Annan.

Também estará em pauta projeto de lei do senador Carlos Wilson (PTB-PE) que limita aos casos de conclusão do processo ou cumprimento de pena a possibilidade de expulsão de estrangeiro que estiver sendo processado ou que tiver sido condenado, no Brasil, por crime punível com pena privativa de liberdade. A proposta tem parecer favorável



Eduardo Suplicy é autor do requerimento de congratulação a Xanana Gusmão

do relator, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM).

VISTO

Outro projeto de lei a ser analisado pela comissão, de autoria do senador Moreira Mendes (PFL-RO), permite a concessão de visto a estrangeiro portador de documento de viagem emitido por governo não reconhecido pelo Brasil. A proposta também tem parecer favorável do relator, Gilberto Mestrinho.

Independente, país é um dos mais pobres do mundo

Descoberto em 1529 pelos portugueses, o Timor Leste é situado na ponta leste do arquipélago da Indonésia, com superfície de 14.615 km². O país, cuja capital é Díli, tem 740 mil habitantes, em sua maioria católicos. A economia é baseada na agricultura (basicamente cafeeira), mas há reservas de petróleo e gás.

A expectativa de vida é de apenas 57 anos. Metade da população vive com menos de US\$ 0,55 por

dia e 53% dos habitantes são analfabetos. Outro problema sério é a má nutrição: 45% das crianças com menos de cinco anos estão subnutridas. Os alimentos básicos precisam ser importados porque as terras férteis são insuficientes para a subsistência da população.

Depois de ter sido colônia de Portugal, o Timor Leste foi invadido pela Indonésia. A violência da ocupação chamou a atenção do mundo. Após a intervenção da

Organização das Nações Unidas (ONU), tornou-se independente no último domingo. O país, segundo a ONU, nasce como um dos mais pobres do mundo. O líder do Conselho Nacional da Resistência Timorense (CNRT), Xanana Gusmão, assumiu o poder. Pelo menos metade da população usa o indonésio para comunicar-se e 5% dos timorenses falam português — mais de 25 idiomas são falados no pequeno território.

Comissão debate plebiscito sobre Alca

Está na pauta da reunião de hoje da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul adendo ao relatório da senadora Emilia Fernandes (PT-RS) a projeto de decreto legislativo que convoca plebiscito sobre as negociações para o ingresso do Brasil na Área de Livre Comércio das Américas (Alca). A proposta é de autoria do senador Roberto Saturnino

(PT-RJ), que defende a consulta popular sobre a suspensão das negociações pelo prazo de 20 anos. Em reunião anterior, foi concedida vista da matéria ao senador Luiz Otávio (PPB-PA). A Alca também é objeto de requerimento do deputado federal Inácio Arruda (PCdoB-CE) a ser examinado pela comissão.

O parlamentar cearense solicita a realização de audiências públicas em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), nos estados, para discutir com a sociedade brasileira as consequências da implantação do bloco econômico americano. A reunião da Comissão do Mercosul está marcada para as 14h30.

Propostas de Ciro Gomes para a habitação serão conhecidas hoje

Pré-candidato do PPS à Presidência da República participa, às 9h, de debate na Subcomissão de Moradia e Desenvolvimento Urbano. A arquiteta Ermínia Maricato também discutirá o tema

Álvaro defende portuários de Paranaguá

O senador Álvaro Dias (PDT-PR) fez um apelo aos governos federal e estadual do Paraná para imediatas providências em relação à privatização do corredor de exportação do porto de Paranaguá. Ele disse que, se não forem tomadas precauções, de maneira a manter o atual mercado de trabalho, a privatização trará irremediáveis prejuízos para os trabalhadores do setor, como aconteceu com a privatização do terminal de contêineres. Ele leu um documento da Frente Intersindical de Paranaguá denunciando que a privatização do terminal de contêineres e automóveis do porto de Paranaguá foi feita pelo governo de maneira a privilegiar grupo econômico privado em detrimento de todos os demais operadores portuários, numa situação de verdadeiro monopólio. "O grupo não deixou por menos: está reduzindo drasticamente os postos de trabalho na operação de contêineres, onde residia o maior volume de ganhos dos trabalhadores e dos empresários", afirmou. Segundo o documento sindical, os investimentos governamentais no porto de Paranaguá, para atrair mercados e obter maior competitividade, produtividade e divisas internacionais, são nitidamente insuficientes. Ao trazer o assunto a Plenário, o senador buscou chamar a atenção das autoridades federais e estaduais para as dificuldades por que passam os trabalhadores do porto de Paranaguá, "em decorrência da falta de sensibilidade e do despropósito social que está sendo implantado no porto pelos segmentos que detêm o poder político e econômico", disse Álvaro Dias.

A Subcomissão de Moradia e Desenvolvimento Urbano, criada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), ouve hoje, às 9h, o pré-candidato do PPS à Presidência da República, Ciro Gomes, que deverá apresentar suas propostas para resolver os problemas urbanos do país, especialmente os ligados à habitação.

Ciro Gomes será o segundo pré-candidato à Presidência a debater a questão na subcomissão, dentro do ciclo de debates denominado "Moradia – Um Sonho Possível". O primeiro foi o pré-candidato do PSB, Anthony Garotinho, no último dia 7. Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, e José Serra, do PSDB, serão os próximos a falar.

O presidente da subcomissão, senador Mauro Miranda (PMDB-GO), informou que, além de Ciro Gomes, tomarão parte da audiência pública a professora Ermínia



Ciro Gomes é o segundo pré-candidato à Presidência da República a ser ouvido pela subcomissão

Maricato, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP), e Lair Alberto Soares Krahenbühl, presidente da Comissão da Indústria Imobiliária da Câmara Brasileira da Indústria da Construção.

No primeiro debate, o pré-candidato do PSB, Anthony Garotinho, ex-governador do Rio de Janeiro, criticou o presidente Fernando Henrique Cardoso por

não ter dado prioridade à questão habitacional no país. Ele também prometeu a criação de um ministério específico para tratar da questão.

O campeão mundial de boxe Acelino Popó Freitas também participou da audiência. O boxeador relatou sua história de menino pobre da periferia de Salvador (BA) e as dificuldades para adquirir a casa própria.

Comissão pode debater cisão de hidrelétricas

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) deve votar hoje, a partir das 14h30, requerimento da senadora Heloísa Helena (PT-AL) que propõe a realização de audiência pública para debater o programa de cisão da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf), Furnas e Eletronorte. Essas empresas fazem parte do Sistema Eletrobrás.

Se o requerimento for aprovado, deverão ser convidados para participar do debate Altino Ventura Filho, presidente da Eletrobrás; Mozart de Siqueira Campos Araújo, presidente da Chesf; José Antônio Muniz Lopes, presidente da Eletronorte; Dilma Fabiano Toledo, presidente de Furnas; Luiz Gonzaga Ulhôa Tenório, representante da Federação Nacional dos Urbanitários; e os professores Luís Pinguelli Rosa, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); e Ildo Sauer, do Instituto de Eletrotécnica da Universidade de São Paulo (USP).

RODOVIAS

A comissão, presidida pelo senador Alberto Silva (PMDB-PI), deve votar também requerimento de autoria do senador Mauro



Heloísa Helena quer discutir a cisão da Chesf, Furnas e Eletronorte

Miranda (PMDB-GO) para que seja realizada audiência pública com o ministro dos Transportes, João Henrique de Almeida Souza.

O senador quer saber os motivos pelos quais as rodovias federais estão em péssimas condições para o tráfego de veículos. Outro requerimento a ser examinado, do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), propõe audiência pública com representantes das cinco principais empresas de transporte aéreo regional – Meta, Penta, Rico, Tavaj e Taba. A intenção é discutir o adicional tarifário para linhas aéreas regionais suplementadas.

Consta ainda da pauta da Co-

missão de Infra-Estrutura a votação de mais dois requerimentos. Um deles, do senador Roberto Saturnino (PT-RJ), pede a presença, no colegiado, do ministro de Minas e Energia, Francisco Góme, para prestar esclarecimentos sobre a atual situação do Programa Energético Nacional, principalmente quanto às usinas termelétricas.

Outro requerimento, do senador Romero Jucá (PSDB-RR), solicita audiência pública com o presidente da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero), Fernando Perrone, com o objetivo de esclarecer as medidas que estão sendo tomadas visando à ampliação e melhoramentos nos aeroportos brasileiros, com vistas a incrementar o turismo.

HORÁRIO DE VERÃO

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura deve votar também, em decisão terminativa, projeto do senador Maguito Vilela (PMDB-GO) que veda a implantação do horário de verão no Distrito Federal e nos estados de Goiás e Tocantins, além de seis outros projetos relativos à inclusão de rodovias federais no Plano Nacional de Viação.

Moreira Mendes quer isenção para peças de motos

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) apresentou projeto que isenta de impostos a importação de peças de motocicletas caso se destinem a usuários da Amazônia Ocidental – que inclui o Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima. Ele pondera que não tem sentido o governo isentar a venda de motos na Amazônia Ocidental, fabricadas ou montadas em Manaus, e taxar peças de reposição.

O projeto altera o decreto-lei que trata da Zona Franca de Manaus e fixa a lista dos produtos que podem receber isenção, desde que fabricados ou montados em Manaus. Moreira Mendes afirma que as motocicletas se transformaram no principal meio de transporte individual na região amazônica por vários motivos, entre eles, a baixa renda da população, o consumo reduzido de combustível e a facilidade de compra por serem as motos fabricadas em Manaus, onde recebem isenção tributária.

Conforme o senador, muitas peças das motocicletas, como o câmbio e a corrente de transmissão, são importadas de outros países. Assim, quando há necessidade de reposição, o usuário paga até 100% a mais porque as peças não contam com isenção tributária. O projeto está tramitando na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A Zona Franca de Manaus foi criada em 1967. A lista com os produtos isentos é estabelecida em portaria conjunta dos ministros da Fazenda e do Planejamento. Produto fabricado em Manaus com componente importado pode ser vendido no resto do país com isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Se o projeto for aprovado, o comprador que morar em um dos quatro estados da Amazônia Ocidental também terá direito à isenção do Imposto de Importação do componente importado.



Motocicletas são hoje o principal meio de transporte individual na Amazônia, diz Moreira Mendes



Jane de Araújo

Feira retrata crescimento tecnológico da agricultura goiana, diz Mauro Miranda

Mauro destaca Exposição Agropecuária de Goiás

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) destacou a realização da 57ª Exposição Agropecuária do Estado de Goiás, de 10 a 26 deste mês, no Parque Agropecuário de Goiânia. Considerada a terceira maior feira de agronegócios do país e a mais importante do Centro-Oeste, a Expo-Goiás, disse o senador, é uma importante vitrine do trabalho desenvolvido pelos goianos, mostrando a força da economia regional e divulgando o desenvolvimento da agropecuária do estado e sua crescente modernidade e produtividade.

A feira, promovida pela Sociedade Goiana de Pecuária e Agricultura, conta com a participação

de mais de 200 empresas expositoras, informou o senador. É esperado um faturamento bruto em torno de R\$ 17 milhões e um movimento financeiro, para Goiânia, de R\$ 30 milhões.

Mauro Miranda ressaltou que a agropecuária representa a principal mola propulsora da economia goiana, acrescentando que na feira deste ano todos os ramos da economia que formam o setor de agronegócios estão mostrando a rápida modernização do estado de Goiás.

— Essa feira é o retrato mais fiel do crescimento tecnológico e produtivo alcançado pela agricultura e pela pecuária goianas — disse.

Bezerra propõe transporte gratuito para estudantes

Projeto de lei apresentado pelo senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) propõe transporte coletivo urbano gratuito para os estudantes de todos os níveis matriculados e com frequência comprovada nas instituições de ensino regular públicas ou privadas federais, estaduais e municipais. A medida, defende o parlamentar, além de um dever ético, é coerente com o preceito constitucional de assegurar o acesso universal à educação.

A proposta está tramitando na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e depois será encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde deverá tramitar em decisão terminativa, ou seja, caberá a esta comissão dar a última palavra do Senado sobre o assunto, a não ser que haja requerimento para que a matéria seja votada em Plenário.

Na justificativa do projeto o

senador argumenta que a Constituição federal estabelece que a educação será promovida com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Um dos maiores obstáculos à efetivação desse direito, aponta Carlos Bezerra, está na dificuldade do acesso às instituições de ensino, seja para estudantes de escolas públicas, que geralmente integram famílias carentes, seja para aqueles matriculados em estabelecimentos privados, cujas famílias têm os orçamentos pesadamente onerados com o custo do transporte, importante fator de desestímulo à frequência escolar. Assegurar a gratuidade do transporte de estudantes significa dar materialidade à obrigação constitucional de garantir acesso universal à educação, reitera o senador.

Comissão debate controle de medicamentos pela Anvisa

Audiência pública busca apurar denúncia de diretor do órgão sobre possível influência dos grandes laboratórios nas decisões do governo

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) promove audiência pública hoje, a partir das 17h30, sobre a atuação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) quanto à fiscalização dos medicamentos comercializados no país. O debate foi solicitado pelo senador Tião Viana (PT-AC), que pretende apurar se existem falhas na legislação que estabelece o controle sobre os remédios vendidos no mercado brasileiro.

Em seu requerimento, Tião Viana também defende a adoção de medidas capazes de combater possíveis irregularidades na venda de medicamentos. O senador petista fundamentou seu pedido de audiência pública em denúncias feitas pelo atual diretor de Medicamentos da Anvisa, Luiz Felipe Moreira Lima, que teria enfrentado resistência, na própria agência, para participar da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Medicamentos na Câmara dos Deputados e constatado alterações no teor de alguns medicamentos postos à venda.



José Cruz

Tião Viana quer apurar falhas na fiscalização e defende medidas de controle da venda de medicamentos

De acordo com reportagem do jornal *Folha de S. Paulo*, Luiz Felipe Moreira Lima teria afirmado que os grandes laboratórios em atuação no país conseguem obter decisões favoráveis a seus interesses junto ao governo federal. Além do diretor de medicamentos da Anvisa, participará da audiência pública o diretor-presidente do órgão, Gonçalo Vecina Neto.

SABATINA

O debate sobre medicamentos também deverá instruir duas sabinas a serem realizadas pela

CAS amanhã a partir das 9h. O colegiado vai deliberar sobre a indicação de Cláudio Maierovitch Pessanha Henriques para o cargo de diretor de Medicamentos da Anvisa, em substituição a Luiz Felipe Moreira Lima, e sobre a recondução de Ricardo Oliva para a direção da agência. Ambos são médicos, com especialização em Administração Hospitalar e de Serviços de Saúde no Setor Público e em Saúde Pública, respectivamente, e deverão exercer um mandato de três anos na instituição.

Bernardo Cabral presta homenagem ao ex-senador Josaphat Marinho

Lendo o artigo “Josaphat Marinho, um paradigma”, assinado pelo diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) homenageou ontem o ex-senador e constituinte Josaphat Marinho, morto aos 86 anos de idade, em março deste ano.

Autor da iniciativa que deu o nome de Josaphat Marinho à sala onde se reúne a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Cabral enalteceu a alta figura intelectual e moral de jurista, senador e professor do colega, com quem conviveu desde 1966, “numa amizade que cresceu e se consolidou no Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil”.

Ele pediu a transcrição nos Anais do Senado do artigo de Agaciel Maia, requerendo ainda que seja transmitida à família do homenageado a iniciativa que estava tomando. Antes de ler o artigo do diretor-geral, Cabral disse



Genildo Magela

Cabral (E) leu o artigo “Josaphat Marinho, um paradigma”, escrito pelo diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, sobre o jurista e ex-senador (D)

que o texto era da lavra de respeitado servidor da Casa, portanto insuspeito de outro interesse que não o de fazer justiça. Lembrou ainda que Agaciel Maia é membro do centenário Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, onde se debate um dos bens mais gratos a um país, que é a sua cultura.

Na leitura do artigo, o senador destacou frase que Josaphat Ma-

rinho usou quando se despediu do Senado, na qual dizia que não reivindicava postos, consciente de que “no chão áspero da rua também há espaço para o combate gerador de esperança”. Em aparte, o senador Álvaro Dias (PDT-PR) também enalteceu o artigo de Agaciel Maia e disse que poucas pessoas passaram pelo Senado com tanto brilho e dignidade como Josaphat Marinho.

Bezerra cobra punição para abuso de empresa telefônica

Senador defende maior fiscalização pela Anatel, de modo a identificar irregularidades que estariam sendo cometidas por essas companhias

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) defendeu maior fiscalização das companhias telefônicas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), com o objetivo de identificar e punir irregularidades que estariam sendo cometidas por aquelas empresas. Ele considerou positivos os resultados da privatização da telefonia, mas criticou o aumento das tarifas.

Como exemplo, mencionou o procedimento da Brasil Telecom, proprietária da Telebrasil. Segundo o senador, a distribuição de catálogos telefônicos tem sido

condicionada à solicitação do assinante, contrariando a legislação em vigor. A Lei Geral das Telecomunicações, afirmou Carlos Bezerra, obriga a companhia a publicar e distribuir gratuita e incondicionalmente a lista de assinantes comerciais e residenciais.

Para evitar que situações como essas continuem, Carlos Bezerra disse que as companhias telefônicas devem ser fiscalizadas de modo mais eficiente e sistemático, "resultando em punições sempre que se verifique que os interesses privados estejam usurpando os legítimos interesses públicos".



Carlos Bezerra reportou-se a falhas na distribuição de catálogos no Distrito Federal

Edison Lobão propõe incentivo para empresa contratar mais empregados

Projeto de lei apresentado pelo senador Edison Lobão (PFL-MA) estimula as empresas a fazerem novas contratações, de forma a minimizar o problema do desemprego e do trabalho informal. Pela proposta, que está na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para decisão terminativa, as empresas poderão deduzir do Imposto de Renda as contribuições previdenciárias referentes aos três meses após o encerramento do contrato de experiência, no caso de novas contratações.

Com a possibilidade de deduzir as contribuições previdenciárias relativas aos três meses subsequentes ao término do contrato de experiência, esperamos estimular a durabilidade dos contratos e premiar os empregadores que formalizam suas relações de trabalho e regularizam a situação de seus



Edison Lobão diz que sua proposta também concorre para aumentar poder aquisitivo da população

empregados — esclarece o senador, cujo projeto restringe a possibilidade de dedução às empresas que estiverem em dia com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Lobão argumenta que medidas adicionais para incentivo ao em-

prego formal são necessárias, já que as propostas como o contrato por prazo determinado e o trabalho em tempo parcial não trouxeram os resultados esperados. Por isso, enquanto o crescimento da economia não surte os efeitos desejados, continuou o senador, é preciso, mais do que nunca, retomar estímulos e incentivos aos empregadores que levem em conta que elevados encargos sociais são um fator de inibição na criação de novas vagas de trabalho.

Ele entende que o impacto orçamentário decorrente de sua proposta será compensado pelo aumento dos postos de trabalho. Assim, acrescenta Edison Lobão, toda a economia pode ser recompensada, com a melhoria da distribuição de renda e com resultados positivos para o mercado graças ao aumento do poder de compra da população.

Moreira aplaude prêmio a "site" de Rondônia

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) destacou a conquista, pelo *site Rondoniagora*, do Prêmio IBest 2002 na categoria de melhor página regional do país na área jornalística. Ele congratulou os jornalistas Gerson Costa e Eliano Nascimento, proprie-

tários da Central Amazônica de Comunicações, responsável pela *homepage*. Lançado em 1995, o Prêmio IBest é considerado o Oscar da Internet.

Ele afirmou que o prêmio recebido pelo *site Rondoniagora*, que disponibiliza notícias em

tempo real, "coroa o jornalismo sério de Rondônia e representa um passo importante na comunicação do estado". Moreira Mendes também cumprimentou os profissionais da Navegantesweb, de Fortaleza, que elaboraram o *site*.

Álvaro Dias quer assegurar recursos para assentamento

O senador Álvaro Dias (PDT-PR) apresentou projeto estabelecendo que os investimentos públicos na área agrícola deverão ser aplicados com prioridade nos assentamentos da reforma agrária. Ele argumenta que só com investimentos pesados do governo os trabalhadores assentados poderão se tornar verdadeiros "pequenos empresários da agricultura".

A proposta acrescenta um parágrafo à Lei nº 8.171/91, que trata da política agrícola, e determina que infra-estrutura prioritária dos assentamentos são açudes, barragens, perfuração de poços artesianos, armazéns comunitários, mercados de produtores, estradas, escolas e postos de saúde, energia, comunicação, saneamento básico e lazer.

Em sua argumentação, Álvaro Dias informa que o governo teria gasto nos últimos sete anos R\$ 13,2 bilhões em 4.275 assentamentos de reforma agrária, beneficiando 584 mil famílias. Os dados, informou, foram apresentados em fevereiro passado pelo então ministro do Desenvolvimento Agrário, Raul Jung-



Álvaro Dias afirma que seu projeto pode reduzir migração para os grandes centros

mann. O gasto com obras de infra-estrutura, no entanto, se limitaram a apenas R\$ 100 milhões, o que não representam nem 1% de toda a verba destinada à reforma agrária.

O senador paranaense pondera que, ao melhorar a infra-estrutura dos projetos de reforma agrária, o governo não estará apenas melhorando a vida no campo, mas também reduzindo o fluxo migratório para os centros urbanos. O projeto já está tramitando na Comissão de Assuntos Econômicos, para decisão terminativa.

Mozarildo destaca crescimento do setor agroindustrial do país

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) registrou o desempenho positivo da agroindústria nacional em 2001, destacando entre os fatores que contribuíram para esses resultados os investimentos alocados para o setor, que atingiram R\$ 4,4 bilhões. Os outros fatores, disse o senador, foram as condições climáticas e as conjunturas mercadológicas favoráveis.

Citando dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Mozarildo informou que, enquanto o setor industrial aumentou 1,5% em 2001, acompanhando o nível de evolução do Produto Interno Bruto (PIB), o setor agroindustrial cresceu mais de 2,5%. Tal fato, segundo ele, gerou um total de riquezas superior a R\$ 130 bilhões — mais de 11% do PIB.

Mozarildo frisou que o aporte adequado de financiamentos permitiu a programação das atividades de produção de insumos e de beneficiamento dos produtos de forma

moderna e sustentável, o que resultou em produtos finais de qualidade com preços competitivos.

Essa conjuntura favorável, disse Mozarildo, teve reflexos na economia interna, uma vez que os produtos agropecuários não causaram maior impacto nos índices inflacionários. Além disso, acrescentou, a receita de exportações do setor superou os US\$ 19 bilhões, representando um terço das exportações nacionais, segundo a Confederação Nacional da Agricultura. O superávit da balança comercial, o primeiro em sete anos, pode ser creditado ao desempenho do setor de agronegócios, cuja balança setorial apresentou um superávit de US\$ 14,7 bilhões, afirmou.

— Ao apresentar esses dados tento ressaltar a importância de uma política séria de atuação setorial como base para o sucesso e o desenvolvimento de qualquer atividade econômica — disse.